

**Projeto de Lei nº 7.200/06
(Do Poder Executivo)**

Estabelece normas gerais da educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino, altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 8.958, de 20 de dezembro de 1994; 9.504, de 30 de setembro de 1997; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 9.870, de 23 de novembro de 1999; e dá outras providências.

**Emenda Supressiva
(do Deputado Fleury)**

Suprima-se o art.3º do Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

Educação não é bem público, nem tampouco serviço público. Educação não é privativa do Estado, pois além de não estar prevista no artigo 21 da Constituição Federal, sua delegação à iniciativa privada não é antecedida por licitação (CF, art. 174). O ensino é livre à iniciativa privada mediante simples autorização (CF, art. 209), coexistindo instituições públicas e privadas de ensino segundo princípio previsto na Constituição Federal (CF, art. 206). Os bens públicos, por sua vez, estão previstos nos artigos 20 e 26 da Constituição Federal, que não contemplam educação.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 2006

Deputado Fleury
PTB-SP